

Praça Jerônimo Monteiro, 70, Centro Cachoeiro de Itapemirim/ES, CEP: 29300-170

Contato: +55 28 3526-5628

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO Parecer ao Projeto de Lei nº 28/2025

Autor: Vereador Creone Gomes da Silva (Creone da Farmácia)

Relator: Vereador Thiago das Neves Camilette

**Objeto:** Projeto de Lei Ordinária: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da capacitação em primeiros socorros para professores e funcionários de creches e escolas da rede pública municipal e particular, bem como a instituição do selo "Lucas Begalli de Souza" como reconhecimento à capacitação em primeiros socorros, e dá outras providências."

## **RELATÓRIO**

Trata-se de um Projeto de Lei de iniciativa do Vereador Creone Gomes da Silva com objetivo de dispor acerca da obrigatoriedade da capacitação em primeiros socorros para professores e funcionários de creches e escolas da rede pública e particular, além de instituir o selo "Lucas Begalli de Souza" que reconhece instituições com essa capacitação.

O projeto foi lido em plenário em 25 de março de 2025, e encaminhado à Procuradoria para devido parecer jurídico. Ato contínuo, o presente Projeto de Lei foi encaminhado para referida Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para devido parecer, em conformidade com art. 26, Paragrafo Único, do Regimento Interno.

É o relatório.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto de Lei em discussão tem propósito, com fulcro no art. 1º, de estabelecer a obrigatoriedade da realização de cursos de primeiros socorros para

"Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor"

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Praça Jerônimo Monteiro, 70, Centro Cachoeiro de Itapemirim/ES, CEP: 29300-170

Contato: +55 28 3526-5628

professores e funcionários de creches e escolas da rede pública municipal e particular,

que estiverem em contato direto com os estudantes.

achoeiro de Itapemirim

É indiscutível, que o tema do Projeto em tela é de suma importância

populacional, uma vez que se trata da segurança dos estudantes, porém trata-se de

competência exclusiva do Poder Executivo legislar sobre acerca de assuntos que

envolvam a rede pública de educação, por serem vinculadas a Secretaria Municipal de

Educação, sendo de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal.

Ao se tratar das escolas particulares, a imposição de regras infringe o

Principio da Livre Iniciativa (art. 170 da Constituição Federal), que visa assegurar a

autonomia das entidades privadas em assuntos que se tratem de sua politica interna.

Por esse motivo, apesar de louvável iniciativa, compromete o equilíbrio entre o

interesse público e os direitos estabelecidos pela Constituição as entidades de direito

privado.

Além disso, o Ministério do Trabalho e Emprego, prevê normas acerca da

segurança no trabalho, que são aplicáveis, diretamente, as entidades de ensino

Regulamentadoras) que exigem privadas, as NR's (Normas treinamentos,

procedimentos e regramentos. Por tais motivos, seguindo o parecer da Procuradoria

desta Casa, o parecer é para que o projeto não venha a prosperar devido à

inviabilidade jurídica, uma vez que invade a competência do Poder Executivo.

VOTO DO RELATOR: pelos pontos apresentados, entende-se que tal Projeto não

venha a prosperar, devido a vícios insanáveis na matéria, com isso, voto pela

devolução do projeto ao autor.

"Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor"

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



Praça Jerônimo Monteiro, 70, Centro Cachoeiro de Itapemirim/ES, CEP: 29300-170 Contato: +55 28 3526-5628

VOTO DO PRESIDENTE: Voto com relator.

VOTO DO MEMBRO: Voto com relator.

**DECISÃO:** Após analise do referido Projeto de Lei, esta Comissão, por unanimidade, vota pela devolução ao autor, em concordância com parecer da Procuradoria desta Casa, recomenda-se indicação ao Poder Executivo.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2025.

**Evandro Miranda – Presidente** 

Thiago Neves - Relator

Vitor Azevedo - Membro

"Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor"